



CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO CURSO
DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

GILSON RODRIGUES LEITE CAVALCANTE

CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE: Uma narrativa autobiográfica

ICÓ-CE

2025

GILSON RODRIGUES LEITE CAVALCANTE

CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE: Uma narrativa autobiográfica

Trabalho de conclusão de curso, do Curso Graduação em Educação Física do Centro Universitário Vale do Salgado – UniVS. A ser apresentado como requisito para obtenção de nota do título graduado em Educação Física.

Orientador: Me. Evandro Nogueira de Oliveira

ICÓ-CE

2025

GILSON RODRIGUES LEITE CAVALCANTE

**CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE: UMA NARRATIVA
AUTOBIOGRÁFICA**

Trabalho de conclusão de curso, do Curso Graduação em Educação Física do Centro Universitário Vale do Salgado – UniVS. A ser apresentado como requisito para obtenção de nota do título graduado em Educação Física.

Aprovado em: 30 / 06 / 2025

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Me.
Evandro Nogueira de Oliveira *Orientador*

Prof. Me. Erika Suyane Sousa Silva *1ª Examinadora*

Prof. Dra. Edna Pereira Pinto

2ª Examinador

AGRADECIMENTOS

À Deus, sou eternamente grato pela vida, pela saúde e pela oportunidade de ter chegado até aqui. Sem a Sua graça e misericórdia, nada disso seria possível.

Aos meus pais, que são os meus pilares e a minha fonte de inspiração, quero expressar minha mais profunda gratidão. Vocês fizeram de tudo para que eu tivesse acesso à educação, mesmo quando os recursos eram escassos. A sua dedicação, o seu amor e o seu sacrifício foram fundamentais para que eu pudesse alcançar este sonho.

Quero agradecer especialmente por nunca terem desistido de mim, por nunca terem perdido a fé em mim. O vosso apoio incondicional foi o que me deu forças para continuar, mesmo quando as dificuldades pareciam insuperáveis.

Este trabalho é fruto não apenas do meu esforço, mas também do vosso amor e dedicação. Eu sou o resultado do vosso sacrifício e do vosso investimento em mim. Estou eternamente grato por ter pais como vocês, que me ensinaram o valor da educação e me deram a oportunidade de sonhar grande.

Muito obrigado, Deus, e muito obrigado, pais amados. Este TCC é dedicado a vocês, com todo o meu amor e gratidão.

RESUMO

A presente pesquisa, desenvolvida a partir da perspectiva autobiográfica, tem como objetivo refletir criticamente sobre as relações entre corpo, gênero e sexualidade a partir da própria trajetória de vida do autor. A escrita de si é aqui assumida como um potente instrumento metodológico e político, capaz de revelar as múltiplas formas de exclusão, resistência e afirmação que marcam os corpos dissidentes em uma sociedade estruturada por normas cisheteronormativas. Por meio da reconstrução de memórias da infância, adolescência e

juventude vividas na zona rural do interior cearense, são evidenciados os impactos do preconceito, da marginalização e das expectativas sociais sobre a identidade e os afetos do sujeito narrador. Com base em autores como Judith Butler, bell hooks e Paul B. Preciado, o trabalho promove diálogos entre a experiência pessoal e os referenciais teóricos dos estudos de gênero e sexualidade. O corpo, entendido como território simbólico e político, é analisado não apenas em sua dimensão biológica, mas como construção social sujeita a normas, controles e resistências. A escola, a família, a comunidade e o ambiente profissional são retratados como espaços que, ora reproduzem padrões excludentes, ora abrem brechas para o acolhimento, a construção de pertencimento e a ressignificação da identidade. A narrativa evidencia como a experiência da discriminação, especialmente pela orientação sexual, foi determinante para a formação da subjetividade do autor e para sua luta por reconhecimento e dignidade. Ao longo do percurso, destaca-se a importância da educação como ferramenta de emancipação, transformação e afirmação de novas possibilidades de ser. O trabalho reafirma, portanto, a relevância da escuta sensível, da valorização das trajetórias individuais e da construção de uma sociedade mais justa, plural e afetiva. Através de uma escrita sensível, crítica e comprometida com a transformação social, esta pesquisa demonstra que contar a própria história é também uma forma de resistência e produção de conhecimento. Afinal, como afirma o título, “há sempre o que ser”: ser livre, ser inteiro, ser múltiplo — e, acima de tudo, ser reconhecido em sua dignidade.

Palavras-chave: Corpo. Gênero. Sexualidade.

ABSTRACT

This research, developed from an autobiographical perspective, aims to critically reflect on the relationships between body, gender, and sexuality through the author's own life journey. Selfwriting is embraced here as a powerful methodological and political tool, capable of revealing the multiple forms of exclusion, resistance, and affirmation that mark dissident bodies in a society structured by cisheteronormative norms. Through the reconstruction of childhood, adolescence, and youth memories lived in a rural area of Ceará, Brazil, the study highlights the impacts of prejudice, marginalization, and social expectations on the narrator's identity and affections. Drawing on theorists such as Judith Butler, bell hooks, and Paul B. Preciado, the work establishes dialogues between personal experience and theoretical frameworks from

gender and sexuality studies. The body, understood as a symbolic and political territory, is analyzed not only in its biological dimension but also as a social construct subject to norms, control, and resistance. School, family, community, and professional environments are portrayed as spaces that at times reproduce exclusionary patterns, and at other times open pathways for inclusion, belonging, and the redefinition of identity. The narrative reveals how the experience of discrimination—especially based on sexual orientation—was crucial to the author’s subjectivity and his struggle for recognition and dignity. Throughout the journey, the importance of education is emphasized as a tool for emancipation, transformation, and affirmation of new ways of being. This work reaffirms the relevance of attentive listening, valuing individual trajectories, and building a more just, diverse, and affective society. Through sensitive, critical writing committed to social transformation, this research demonstrates that telling one's own story is also an act of resistance and a means of producing knowledge. After all, as the title suggests, “there is always something to be”: to be free, to be whole, to be multiple — and above all, to be recognized in one’s dignity.

Keywords: Body. Gender. Sexuality. .

I. INTRODUÇÃO

A trajetória de vida de cada indivíduo é marcada por experiências únicas que constituem sua percepção de mundo, suas escolhas e, especialmente, sua relação com o próprio corpo. O corpo, longe de ser uma entidade neutra, é atravessado por normas sociais, valores culturais e discursos que delimitam o que é aceitável ou não em termos de comportamento, aparência e expressão de gênero. Butler (2001) argumenta que o gênero é construído performativamente, ou seja, é produzido e reproduzido por meio de práticas cotidianas, incluindo as corporais, que podem tanto reforçar quanto subverter padrões normativos.

No contexto da Educação Física, esses relatos e vivências se entrelaçam com temas fundamentais como corpo, gênero e sexualidade, revelando as tensões e possibilidades que permeiam a construção identitária dos sujeitos. Nesse cenário, as aulas de Educação Física se configuram como espaços potentes de análise e intervenção, já que promovem interações que

tocam diretamente na vivência corporal dos estudantes. Como destacam Gomes e Guareschi (2019), essas experiências podem se tornar oportunidades para a resistência e a resignificação, especialmente quando permitem que os corpos historicamente marginalizados – por não se enquadrarem nos padrões hegemônicos de gênero e sexualidade – encontrem formas de expressão autênticas, livres e empoderadas.

A construção das identidades de gênero e sexualidade é, portanto, um processo multifacetado, que envolve tanto imposições externas quanto movimentos internos de afirmação e descoberta. Oliveira (2018) ressalta que essas identidades são atravessadas por marcadores sociais que influenciam diretamente a forma como os sujeitos experienciam o mundo e são percebidos nele. Nesse sentido, as histórias de vida ganham importância como ferramentas de análise, pois permitem compreender como os indivíduos constroem suas subjetividades a partir de experiências corporais que muitas vezes desafiam os padrões normativos.

Santos e Souza (2020) apontam que é necessário pensar práticas pedagógicas que reconheçam a pluralidade das experiências e das formas de ser e estar no mundo. A Educação Física, nesse contexto, deve buscar a promoção de ambientes mais inclusivos, onde os alunos sintam-se seguros para explorar e expressar suas identidades, refletindo criticamente sobre as normas de gênero e os discursos que regulam a sexualidade.

Com isso, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as vivências do corpo, especialmente nas aulas de Educação Física como espaço propício para o desenvolvimento de uma consciência crítica acerca das questões de corpo, gênero e sexualidade. Para isso, propomos discutir os principais conceitos e teorias que sustentam essas relações, destacando as práticas pedagógicas que contribuem para a desconstrução de estereótipos e para a valorização da diversidade.

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, ancorado na perspectiva das histórias de vida como eixo metodológico central. Ao considerar os relatos e vivências individuais como fontes potentes de reflexão, busca-se compreender como o corpo, enquanto espaço simbólico, social e político, constitui-se em território de resistência, transformação e afirmação das múltiplas formas de existência. A investigação será conduzida por meio de uma revisão narrativa da literatura, com ênfase em produções acadêmicas em língua portuguesa que explorem os impactos das experiências corporais na construção das identidades de gênero e sexualidade. A opção pela revisão narrativa permite maior flexibilidade na análise e síntese dos conhecimentos disponíveis, favorecendo uma compreensão ampla e

contextualizada do tema. Não será adotado um recorte temporal específico, a fim de abranger um conjunto significativo de estudos publicados ao longo dos anos. Serão considerados artigos científicos, dissertações, teses e livros que contribuam teoricamente e metodologicamente para a reflexão crítica sobre corpo, gênero e sexualidade no campo da Educação Física.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Corpo e construção de identidades de gênero

A construção das identidades de gênero está profundamente ligada à forma como o corpo é interpretado e regulado socialmente. Conforme argumentam autores como Butler (1990, 1993) e Louro (2001), o gênero não é um dado natural, mas uma construção performativa reiterada em normas sociais que moldam expectativas comportamentais desde o nascimento, reforçadas por instituições como a família, a escola e a mídia. Corpos que escapam dessas normas binárias e heteronormativas, como corpos dissidentes e abjetos, desestabilizam o regime vigente, abrindo espaço para a resistência e a ressignificação das identidades. No campo educacional, especialmente nas práticas corporais da Educação Física, autores como Bracht (2007) e Altmann (2010) ressaltam a importância de uma abordagem crítica que reconheça a pluralidade dos corpos e promova o respeito às expressões diversas de gênero, transformando o corpo em território de existência, memória e luta contra a reprodução de estereótipos.

Butler (1990) argumenta que a performatividade de gênero desempenha um papel central na construção das identidades. Para a autora, o gênero não é algo inato ou essencial, mas sim um conjunto de normas, comportamentos e expectativas que são socialmente construídos e reiterados ao longo do tempo. Essas performances reiteradas criam a ilusão de uma identidade fixa e natural, mas, na verdade, operam dentro de um regime normativo que regula os corpos e os sujeita a padrões binários e heteronormativos.

A maneira como os corpos são percebidos e interpretados socialmente está profundamente enraizada em uma lógica biologizante e determinista, conforme discutido por Louro (2001). Desde antes do nascimento, os corpos são inseridos em categorias que lhes atribuem significados específicos com base em sua anatomia, moldando expectativas comportamentais e sociais. Instituições como a família, a escola, a religião e os meios de

comunicação atuam na consolidação dessas normas, reforçando uma matriz heteronormativa que dificulta a emergência de expressões de gênero dissidentes.

Corpos que não se enquadram nesse padrão hegemônico — como corpos gordos, corpos racializados, corpos com traços considerados afeminados em sujeitos lidos como homens ou traços masculinizados em sujeitos lidos como mulheres — são frequentemente marginalizados, sendo considerados "corpos abjetos", conforme a conceituação de Butler (1993). Esses corpos são excluídos da norma e colocados à margem, justamente por desestabilizarem a lógica binária de gênero e a matriz da heterossexualidade compulsória.

A autora enfatiza que, embora essas normas pareçam estáveis, elas são passíveis de subversão. A performatividade de gênero, sendo uma prática reiterada, também abre espaço para o deslocamento e a resignificação. Butler (1990) destaca que essas performances podem ser desconstruídas e reconfiguradas, criando brechas para a emergência de identidades não conformes, que desafiam os papéis tradicionalmente impostos.

Bento (2006) reforça essa ideia ao afirmar que o corpo é um campo simbólico de disputas, onde se inscrevem os significados sociais, culturais e políticos. Para a autora, o corpo dissidente é aquele que interroga as normas e, ao fazê-lo, torna-se potência de resistência. Esses corpos desafiam a normalização e a previsibilidade das identidades, afirmando outras possibilidades de existência.

No campo da educação, especialmente nas práticas corporais presentes nas aulas de Educação Física, tais discussões tornam-se ainda mais relevantes. Bracht (2007) observa que a Educação Física, por lidar diretamente com o corpo em sua dimensão simbólica e social, pode funcionar como um espaço privilegiado para a reflexão crítica sobre as questões de gênero. Ele argumenta que essas aulas não devem se restringir ao desenvolvimento físico ou motor, mas precisam abrir-se ao debate sobre as construções sociais que atravessam os corpos.

Altmann (2010) também destaca a importância de práticas pedagógicas que considerem a diversidade corporal e a pluralidade das expressões de gênero. Para a autora, pensar o corpo como território de existência implica reconhecê-lo como espaço de memória, identidade e resistência. Isso demanda uma abordagem educativa que promova o respeito às diferenças e combata a reprodução de estereótipos e violências simbólicas que afetam sujeitos não conformes.

Nesse sentido, é fundamental compreender que a heteronormatividade — entendida como um conjunto de práticas e discursos que impõem a heterossexualidade como norma universal — se sustenta por meio da repetição de gestos, atitudes e representações (BUTLER,

1990). Essa lógica não apenas regula o desejo, mas também impõe uma matriz rígida sobre os corpos e suas possibilidades de expressão.

Louro (2001) ressalta que a escola, como espaço de formação e socialização, frequentemente opera como reprodutora dessas normas, ao mesmo tempo em que possui o potencial de ser um espaço de ruptura e transformação. A autora defende que é papel da educação problematizar as normas de gênero e os discursos que produzem desigualdades, construindo ambientes acolhedores e críticos frente às diversidades corporais e identitárias.

Portanto, abordar corpo, gênero e sexualidade no ambiente escolar é um passo essencial para a promoção de uma educação mais inclusiva, equitativa e democrática. Isso significa romper com uma lógica excludente e investir em práticas que reconheçam e valorizem as múltiplas formas de existência, contribuindo para a formação de sujeitos mais conscientes de si e do outro.

2.2. A relação entre corpo, gênero e sexualidade

A construção das identidades de gênero e sexualidade está intrinsecamente relacionada ao corpo enquanto suporte simbólico e social. Conforme enfatizam Aguiar e Duarte (2016), o corpo atua como palco onde normas e expectativas de gênero são continuamente inscritas e desafiadas. Desde a infância, o corpo é lido e interpretado com base em categorias binárias, limitando ou ampliando as possibilidades de compreensão de si como homem, mulher, transgênero ou não-binário. Esse processo é atravessado por práticas sociais que, ao mesmo tempo que moldam identidades, podem também ser tensionadas e subvertidas.

Para Altmann (2010), a compreensão de gênero como um constructo social implica reconhecer que não há uma essência no ser homem ou ser mulher. Ao contrário, essas identidades são resultado de processos educativos, culturais e históricos que atribuem sentidos ao corpo. Assim, a experiência de corpos trans, não-binários ou intersexuais expõe as fragilidades do modelo binário, evidenciando que o gênero é um campo fluido e em constante negociação, permeado por tensões entre conformidade e resistência.

A sexualidade, de maneira semelhante, é construída nas interações entre corpo, desejo e norma social. Butler (1990) aponta que a heterossexualidade compulsória é reforçada pela repetição de atos normativos, naturalizando padrões de desejo que excluem outras possibilidades afetivo-sexuais, como a homossexualidade, a bissexualidade ou a

assexualidade. A emergência de corpos dissidentes rompe com essa matriz hegemônica, demonstrando que a sexualidade é plural e atravessada por práticas reiterativas que podem ser contestadas.

A descoberta da identidade de gênero e da sexualidade frequentemente passa por momentos de dúvida e conflito interno. Como discutem Gomes e Guareschi (2019), o sujeito em processo de constituição identitária é atravessado por normas contraditórias que geram sofrimento psíquico e corporal. Sentir-se diferente da expectativa social de gênero e orientação sexual pode desencadear processos de autoquestionamento e resistência, marcados tanto pelo medo da exclusão quanto pelo desejo de afirmação de uma existência autêntica.

O corpo, nesse contexto, torna-se território de conflito. Le Breton (2007) lembra que o corpo é uma construção social que expressa tensões entre a imposição normativa e as possibilidades de subversão. Assim, ao mesmo tempo que carrega os estigmas atribuídos pelas normas de gênero e sexualidade, ele também é espaço de criação, onde novas identidades podem ser gestadas e afirmadas, mesmo diante da violência simbólica ou material.

A experiência da resistência é central para corpos e identidades que fogem à norma heterocisnormativa. Aguiar e Duarte (2016) observam que, na dança contemporânea, a subversão dos gestos tradicionalmente codificados para "homens" e "mulheres" propicia a emergência de novas corporalidades e expressividades de gênero. Essa estética subversiva permite que sujeitos trans, não-binários e queer manifestem seus corpos de maneiras dissidentes, abrindo espaço para novas formas de habitar o mundo.

Na escola, especialmente nas práticas de Educação Física, essas tensões são bastante visíveis. Bracht (2007) afirma que a Educação Física, ao lidar diretamente com o corpo, não pode se eximir de discutir as construções sociais que atravessam gênero e sexualidade. As atividades esportivas, frequentemente pautadas por padrões de masculinidade e feminilidade hegemônicos, podem ser tanto instrumentos de reprodução de estereótipos quanto espaços de resistência e inclusão.

Altmann (2018) reflete sobre a dança de salão como exemplo de prática corporal tradicionalmente marcada por hierarquias de gênero. No entanto, ela destaca que a inversão de papéis na condução da dança ou a neutralização de gestos associados a um gênero específico podem desconstruir esses padrões, permitindo a emergência de subjetividades que desafiam a binariedade e a heteronormatividade.

A aceitação de identidades de gênero e sexualidade não hegemônicas é um processo doloroso, mas também libertador. Como aponta Nascimento (2018), a dança enquanto prática

corporal oferece espaços de expressão onde sujeitos podem experimentar novas possibilidades de existência, ressignificando suas histórias e rompendo com o ciclo de exclusão que frequentemente marca suas trajetórias.

Reis e Araújo (2020) destacam que a Educação Física escolar deve assumir a responsabilidade de desconstruir preconceitos de gênero e sexualidade. Isso implica criar ambientes seguros, onde crianças e adolescentes possam vivenciar seus corpos sem medo de julgamento ou violência, reconhecendo-se em suas diferenças e potencialidades.

No âmbito da sexualidade, Foster (2013) propõe que as práticas corporais que estimulam a empatia kinestésica — a capacidade de sentir o movimento do outro — podem fomentar a compreensão da diversidade de desejos e expressões sexuais. A dança, nesse sentido, é uma prática que sensibiliza o corpo para a pluralidade e para o respeito às diferenças.

Altmann (2018b) também defende a necessidade de práticas pedagógicas críticas que rompam com o binarismo de gênero. Para ela, pensar o corpo como território de existência significa reconhecer que ele carrega marcas sociais, mas também potencialidades de resistência e reinvenção, sobretudo no campo da dança e da Educação Física.

Souza (2020) aponta que uma perspectiva queer sobre a dança e o corpo permite reconhecer a multiplicidade de identidades e desejos, rompendo com narrativas que tentam fixar o gênero e a sexualidade em molduras rígidas. A dança, nesse contexto, é instrumento de libertação, onde o corpo pode narrar sua própria história sem medo.

O reconhecimento da diversidade sexual e de gênero na Educação Física é urgente. Santos e Ornat (2017) argumentam que a naturalização dos estereótipos de gênero limita a experiência corporal de meninos e meninas, reforçando uma lógica excludente que marginaliza sujeitos LGBTQ+. Romper com essa lógica exige intencionalidade política e pedagógica.

A construção da identidade sexual, muitas vezes atravessada pela culpa e pelo medo, também é atravessada pelo desejo de reconhecimento e pertencimento. Carvalho (2016) mostra que, na adolescência, a dança pode ser uma ferramenta potente para a construção saudável da sexualidade, permitindo ao jovem experimentar o corpo e o desejo de forma lúdica e respeitosa.

Brasil (2019) enfatiza a importância de considerar as interseccionalidades de raça, classe, gênero e sexualidade na análise dos corpos. Reconhecer essas interseccionalidades é fundamental para compreender as múltiplas opressões que atravessam os corpos e para pensar práticas pedagógicas mais inclusivas.

Umeda (2018) propõe práticas pedagógicas que desafiem as normas de gênero na Educação Física escolar, permitindo que cada aluno vivencie seu corpo de acordo com suas

próprias expressões de identidade e desejo. A dança inclusiva é destacada como possibilidade para a valorização da pluralidade corporal.

Oliveira (2018) também ressalta a importância de permitir a troca de papéis na dança de salão, quebrando o modelo heteronormativo que associa o homem ao comando e a mulher à submissão. Tal estratégia pedagógica favorece a desconstrução de estereótipos e o fortalecimento de identidades diversas.

Santos e Souza (2020) alertam para o risco de práticas pedagógicas que, ao ignorarem a diversidade de gênero e sexualidade, reforçam a exclusão de corpos dissidentes. Eles defendem uma abordagem crítica e afirmativa que reconheça a potência das corporalidades diversas como forma legítima de ser e existir.

Zanella et al. (2018) apontam para os desafios da implementação de práticas inclusivas na Educação Física, mas reforçam que essas práticas são fundamentais para o enfrentamento das desigualdades e para a promoção de uma educação verdadeiramente democrática e plural.

Compreendendo o corpo como território de disputa, gênero como performance e sexualidade como prática plural, é possível vislumbrar práticas educativas e culturais que celebrem a diversidade e a diferença. Conforme mostram Aguiar e Duarte (2016), Altmann (2018) e tantos outros autores aqui referenciados, resistir à norma é também criar novas formas de existência, mais livres, mais autênticas e mais humanas.

O corpo, enquanto construção social e simbólica, ocupa um lugar central na discussão sobre gênero e sexualidade. Esses elementos se entrelaçam e se influenciam mutuamente, moldando as experiências subjetivas, os modos de existência e os discursos normativos que incidem sobre os sujeitos. A partir dessa perspectiva, Le Breton (2007) afirma que o corpo não é apenas uma realidade biológica, mas sim uma construção cultural marcada por sentidos, emoções e práticas que refletem o contexto social no qual está inserido. As percepções sobre o corpo — como dor, prazer, desejo e repulsa — são forjadas pelas interações sociais, sendo, portanto, historicamente situadas.

Altmann (2018) reforça que os corpos são atravessados por normas de gênero que prescrevem comportamentos, posturas e modos de ser. A autora chama atenção para a necessidade de compreender o corpo como um território político e simbólico, que tanto pode reproduzir quanto resistir às imposições normativas da sociedade. Dessa maneira, os corpos tornam-se agentes na desconstrução das expectativas sociais, atuando como espaços de ruptura frente aos estereótipos de gênero.

Nesse sentido, Butler (1990) conceitua a performatividade de gênero como a repetição

de atos regulados que, ao serem reiterados, constroem a ilusão de um gênero essencial. Essa repetição, no entanto, abre brechas para a subversão, permitindo a criação de novas formas de existência. O corpo, ao ser constantemente interpelado por normas sociais, também pode resistir a elas, configurando-se como um campo de disputa e de reinvenção identitária.

Além disso, Foster (2013) afirma que os modos como os corpos se expressam, se relacionam e são percebidos estão ligados diretamente à forma como as identidades de gênero e sexualidade são construídas. Assim, pensar o corpo como linguagem e como território de poder é também compreender como as normas heteronormativas são corporificadas e, ao mesmo tempo, desafiadas.

Carvalho (2016) complementa essa visão ao apontar que o corpo é também um espaço de experiências afetivas, sensoriais e sexuais. O autor destaca que, por meio da vivência do próprio corpo, os sujeitos podem experimentar sensações de prazer, intimidade e pertencimento, abrindo caminhos para uma maior aceitação de si e do outro. A relação com o corpo é, portanto, fundamental na constituição das subjetividades e na afirmação das identidades sexuais.

Nascimento (2018), ao discutir o corpo sob uma ótica inclusiva, destaca sua potência expressiva e transformadora. Para o autor, reconhecer o corpo como espaço de diversidade implica valorizar suas múltiplas formas de existência, compreendendo que gênero e sexualidade não se apresentam como categorias fixas, mas como construções fluidas, atravessadas por marcadores sociais como raça, classe e território.

Nesse mesmo caminho, Souza (2020), sob a perspectiva queer, ressalta que o corpo pode ser um instrumento de resistência e reconfiguração das normas. Ao se apropriar de sua corporalidade de maneira não normativa, o sujeito desafia a lógica binária e heteronormativa, promovendo novas formas de expressão e vivência da sexualidade. A relação com o outro, nesse processo, torna-se um espaço de acolhimento, de afetividade e de reconhecimento mútuo.

Santos e Ornat (2017) reforçam a importância de ambientes educativos, especialmente a Educação Física, como espaços propícios à desconstrução de estereótipos de gênero. Para os autores, repensar a corporeidade nas práticas pedagógicas é essencial para romper com modelos excludentes e criar contextos de aprendizagem mais inclusivos, nos quais a diversidade seja valorizada e respeitada.

Brasil (2019) propõe uma abordagem interseccional para refletir sobre as experiências corporais, considerando os cruzamentos entre gênero, sexualidade, raça e classe social. O autor argumenta que o corpo é atravessado por múltiplas opressões e que, por isso, uma análise que

considere apenas um marcador isolado é insuficiente. Reconhecer essas intersecções é fundamental para a construção de práticas educativas mais justas e equitativas.

Dessa forma, a relação entre corpo, gênero e sexualidade deve ser pensada de forma ampla e crítica, entendendo o corpo como um espaço de expressão, resistência e transformação. Ao valorizar a pluralidade dos corpos e a complexidade das vivências identitárias, é possível promover ambientes educativos e sociais mais inclusivos, contribuindo para a construção de uma sociedade pautada no respeito à diversidade.

2.3. Nas linhas da narrativa de vida: há sempre o que ser!

Nasci e fui criado até os 16 anos na zona rural de Lavras da Mangabeira, em uma realidade marcada por limitações econômicas e uma estrutura familiar humilde, mas extremamente amorosa e resiliente. Meus pais eram agricultores e, com muito esforço, sustentaram uma família numerosa com sete filhos. Cresci em meio à roça, entre a lida com a terra e a luta diária para garantir o mínimo necessário. Desde cedo, entendi o valor do trabalho, da simplicidade e da esperança. Estudava em uma escola localizada em outro sítio, o que exigia de mim deslocamentos diários sob sol ou chuva, carregando não apenas o caderno, mas também sonhos que, à época, pareciam distantes demais para quem estava tão longe dos centros urbanos e das oportunidades.

Minha infância foi simples, mas marcada por encontros que ajudaram a moldar minha trajetória. Lembro com carinho e gratidão dos professores da escola rural que, atentos às minhas dificuldades, sempre me ofereceram apoio – às vezes material escolar, outras vezes palavras de incentivo que ressoam até hoje na minha memória. Esses gestos, embora pequenos à primeira vista, representaram grandes impulsos para que eu não desistisse. A escola tornou-se, desde cedo, um espaço de acolhimento e pertencimento, mesmo quando o mundo fora dela se mostrava cruel com minhas diferenças.

A adolescência, por sua vez, foi um período de descobertas dolorosas e enfrentamentos. Foi nessa fase que os preconceitos começaram a se tornar mais evidentes, especialmente por parte dos colegas de escola. O termo *orientação sexual* refere-se à atração emocional, afetiva ou sexual que uma pessoa sente por outras. Essa atração pode ser por indivíduos do sexo oposto (heterossexualidade), do mesmo sexo (homossexualidade), de ambos os sexos (bissexualidade), ou ainda

inexistente em termos de desejo sexual (assexualidade), entre outras variações. De acordo com Louro (2000), a orientação sexual não está atrelada exclusivamente a comportamentos sexuais, mas envolve uma dimensão subjetiva e relacional profunda, construída socialmente e historicamente. Importante salientar que orientação sexual difere de identidade de gênero e de gênero propriamente dito. Enquanto a orientação trata de *por quem se sente atração*, a identidade de gênero refere-se a *como a pessoa se reconhece* em relação ao gênero, e o gênero, por sua vez, é uma construção social que define os papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade (SCOTT, 1995; BUTLER, 2003).

Como homem cisgênero gay — ou seja, alguém que se identifica com o gênero masculino atribuído no nascimento e que sente atração afetivo-sexual por pessoas do mesmo gênero — compreendo a importância de diferenciar essas categorias conceituais. Identidade de gênero está relacionada à percepção interna de ser homem, mulher, ambos ou nenhum, enquanto o gênero representa as normas e comportamentos culturalmente associados ao ser masculino ou feminino. Já a minha orientação sexual diz respeito à minha afetividade e desejo voltado a outros homens, o que não interfere no meu reconhecimento como homem cisgênero. Essa distinção é essencial para combater estigmas e ampliar o entendimento sobre a diversidade humana, como argumentam Facchini (2005) e Bento (2006), ao enfatizarem que confundir tais conceitos contribui para a marginalização de identidades não normativas. A minha orientação sexual passou a ser um motivo para escárnio, zombarias e exclusão.

Em um ambiente ainda profundamente conservador e marcado por normas rígidas sobre masculinidade, meu corpo e minha forma de existir destoavam do esperado. Esses episódios me marcaram profundamente, a ponto de me fazer questionar minha identidade, meu valor e meu lugar no mundo. Ainda que muitas vezes me sentisse deslocado e oprimido, a dor foi também uma espécie de força subterrânea que me impulsionava a continuar.

Os valores de pessoas LGBTQIAPN+ frequentemente são questionados em uma sociedade marcada por padrões heteronormativos e cisnormativos, o que provoca dúvidas e inseguranças sobre sua forma de existir e se relacionar com o mundo. O preconceito, ao se manifestar em atitudes sutis ou explícitas, como a exclusão, a violência simbólica e o silenciamento, pode fazer com que essas pessoas passem a questionar sua própria legitimidade. Bourdieu (2001) argumenta que a violência simbólica atua justamente ao naturalizar normas sociais que excluem, levando os indivíduos a internalizarem a opressão como se ela fosse merecida. Nesse sentido, o preconceito não apenas discrimina, mas desestabiliza identidades, questiona valores pessoais e corrói o sentimento de pertencimento social.

Judith Butler (2003) também discute como a repetição de normas de gênero compulsórias produz uma matriz de inteligibilidade que define quem pode ser considerado

"normal" ou "aceitável". Quando alguém foge dessa norma, como no caso de pessoas LGBTQIAPN+, sua existência passa a ser colocada em dúvida — não apenas pelos outros, mas por si mesmo. Isso gera um processo doloroso de autoconfronto, em que a pessoa se vê obrigada a refletir se seus desejos, sua afetividade e sua identidade têm valor. Essa experiência de deslocamento é descrita por Bento (2006) como um efeito do preconceito estruturado, que funciona não só como barreira externa, mas também como mecanismo interno que mina a autoestima e impõe sofrimento psíquico. Assim, o preconceito vai além da violência física: ele compromete a própria percepção de valor individual e coletivo das pessoas que vivem fora da norma.

Foram muitos os dias em que a angústia e a ansiedade me acompanhavam como sombras. O sentimento de repreensão, de não poder ser plenamente quem eu era, criou feridas emocionais que precisei aprender a curar ao longo dos anos. No entanto, mesmo nos momentos de maior fragilidade, algo dentro de mim insistia em sonhar. Lembro-me das palavras constantes dos meus pais: “Se você quiser ser alguém na vida, estude”. Eles não tinham recursos, mas tinham fé. E essa fé, acompanhada do amor incondicional que me ofereciam, foi o alicerce que sustentou minha vontade de seguir em frente.

Houve momentos decisivos em minha trajetória que mudaram minha perspectiva. Um deles foi quando me dei conta de que minha identidade não me tornava menor ou menos digno. Muito pelo contrário, ela poderia ser uma potência, uma forma de resistência e de afirmação. Comecei a olhar para mim com mais respeito, com mais humanidade. E ao fazer isso, passei também a exigir que o mundo me enxergasse para além do rótulo. Eu não era apenas “o gay da sala”, eu era – e sou – alguém com história, com qualidades, com capacidade e com sonhos legítimos.

Os valores de pessoas LGBTQIAPN+ frequentemente são questionados em uma sociedade marcada por padrões heteronormativos e cisnormativos, o que provoca dúvidas e inseguranças sobre sua forma de existir e se relacionar com o mundo. O preconceito, ao se manifestar em atitudes sutis ou explícitas, como a exclusão, a violência simbólica e o silenciamento, pode fazer com que essas pessoas passem a questionar sua própria legitimidade. Bourdieu (2001) argumenta que a violência simbólica atua justamente ao naturalizar normas sociais que excluem, levando os indivíduos a internalizarem a opressão como se ela fosse merecida. Nesse sentido, o preconceito não apenas discrimina, mas desestabiliza identidades, questiona valores pessoais e corrói o sentimento de pertencimento social.

Judith Butler (2003) também discute como a repetição de normas de gênero compulsórias produz uma matriz de inteligibilidade que define quem pode ser considerado "normal" ou "aceitável". Quando alguém foge dessa norma, como no caso de pessoas LGBTQIAPN+, sua existência passa a ser colocada em dúvida — não apenas pelos outros, mas por si mesmo. Isso gera um processo doloroso de autoconfronto, em que a pessoa se vê obrigada a refletir se seus desejos, sua afetividade e sua identidade têm valor. Essa experiência de deslocamento é descrita por Bento (2006) como um efeito do preconceito estruturado, que funciona não só como barreira externa, mas também como mecanismo interno que mina a autoestima e impõe sofrimento psíquico. Assim, o preconceito vai além da violência física: ele compromete a própria percepção de valor individual e coletivo das pessoas que vivem fora da norma.

Cada um desses espaços, à sua maneira, contribuiu para a construção do que sou. Se por um lado encontrei desafios, por outro descobri aliados, leituras transformadoras e reflexões que me ajudaram a resignificar o passado e a me fortalecer para o presente. Ao estudar temas como gênero, sexualidade e diversidade, compreendi que minha trajetória é também coletiva – faço parte de uma geração que tem lutado por visibilidade, respeito e justiça.

Hoje, ao revisitar essas memórias, percebo o quanto caminhei para me tornar o profissional e o ser humano que sou. Não foi uma caminhada fácil. Foram necessárias muitas renúncias, enfrentamentos e recomeços. Mas cada cicatriz carrega em si uma história de resistência e de superação. E é por isso que, ao olhar para trás, não me envergonho de nada. Pelo contrário, me orgulho do que enfrentei e, sobretudo, do que construí.

Durante muito tempo, a expectativa social era de que eu não fosse além dos estigmas. Muitos acreditavam que eu seria apenas mais uma estatística – que minha história terminaria em marginalização, exclusão, silenciamento. Mas eu decidi escrever uma narrativa diferente. Decidi que não seria apenas um corpo lido pela lente do preconceito, mas uma voz ativa na transformação da realidade. Lutei para ser reconhecido não pela orientação sexual, mas pela competência, pela ética, pela dedicação com que exerço minha profissão, é importante ser reconhecido como homem gay, não apenas por uma questão de identidade individual, mas porque esse reconhecimento carrega um peso político e simbólico em uma sociedade que historicamente nos invisibiliza ou nos estereotipa. Não se trata de buscar aceitação apenas por características neutras ou socialmente valorizadas — como competência, inteligência ou simpatia —, mas sim de afirmar que *ser quem se é*, com todas as marcas dessa identidade, também merece respeito e valorização. Em muitos ambientes, sobretudo aqueles que antes me

subestimaram, a tentação de suavizar minha identidade para ser aceito sempre foi forte, mas hoje compreendo que é justamente ao reivindicar o direito de ser visto como um homem gay, com todas as complexidades e contribuições que essa vivência carrega, que rompo com a lógica que tenta nos encaixar em moldes normativos. Essa visibilidade é, portanto, uma forma de resistência e de reconstrução de pertencimento.

Essa luta pela afirmação de quem eu sou não terminou. Ainda hoje, enfrento olhares tortos, discursos velados e tentativas de invalidação. Mas hoje, mais do que antes, estou preparado. Aprendi a me posicionar, a reivindicar espaços e a valorizar minhas conquistas. A educação foi a ponte que me permitiu atravessar a dor e alcançar a dignidade. E é por isso que acredito tanto na potência transformadora do conhecimento. A educação tem um papel profundamente transformador na vida das pessoas, especialmente para aqueles que historicamente foram marginalizados e silenciados. Para mim, ela foi a ponte entre a dor de não pertencimento e a possibilidade de construir um lugar digno no mundo. Ao me permitir acessar conhecimentos, questionar estruturas e compreender o contexto social em que estou inserido, a educação me deu ferramentas para nomear as violências que vivi e reverter o sentimento de culpa ou inadequação. Paulo Freire (1996) enfatiza que a educação verdadeira não apenas informa, mas forma sujeitos críticos capazes de transformar a realidade — e foi exatamente esse movimento que experimentei: deixei de me ver como problema e passei a entender o preconceito como produto de uma estrutura social excludente.

No entanto, é preciso reconhecer que a própria educação, em muitos momentos, também pode reforçar desigualdades, preconceitos e silenciamentos. Quando os currículos ignoram as vivências LGBTQIAPN+, quando professores não reconhecem identidades diversas ou quando o ambiente escolar se torna um espaço de hostilidade, a educação deixa de ser libertadora e passa a ser uma extensão da exclusão social. Bell Hooks (2013) aponta que a educação só é verdadeiramente emancipadora quando é engajada com a justiça social e sensível à pluralidade dos sujeitos. No meu caso, mesmo tendo encontrado resistências no percurso, foi justamente nos espaços educativos mais abertos e críticos que me senti visto, compreendido e valorizado. Por isso, a educação não é apenas um caminho de transformação pessoal, mas um campo de disputa: ou ela nos liberta, ou ela nos cala — e é por isso que lutar por uma educação inclusiva é tão urgente.

Me vejo, atualmente, como alguém em constante construção. Não sou um ponto final, sou uma vírgula em permanente movimento. Cada experiência vivida, cada desafio enfrentado, cada pessoa que cruzou meu caminho deixou marcas e contribuiu para minha formação. Hoje, não me defino apenas pelo que sofri, mas principalmente por aquilo que sou: alguém que ama, que cuida, que ensina, que transforma.

Meus sonhos hoje não são apenas meus. São também dos muitos jovens que crescem em zonas rurais, com recursos escassos, mas com uma vontade imensa de ser. São sonhos que carregam o desejo de transformação social, de equidade, de justiça. E é nesse horizonte que quero continuar caminhando.

Ao longo desta narrativa autobiográfica, foi possível compreender como as experiências individuais atravessam e são atravessadas pelas estruturas sociais que regulam o corpo, o gênero e a sexualidade. A escrita de si não apenas resgata memórias, mas também as reinscreve em um contexto crítico e político, possibilitando a construção de sentidos que rompem com os silenciamentos históricos impostos a corpos dissidentes. Ao relatar minha trajetória, revisitei dores e conquistas, medos e superações, entendendo que o percurso que me trouxe até aqui foi marcado por lutas íntimas, mas também por resistências coletivas. Essa reflexão mostrou que a vida é também um campo de pesquisa legítimo, especialmente quando se propõe a questionar normas sociais naturalizadas.

A escrita autobiográfica torna-se, assim, um instrumento de resistência e de reconstrução identitária. Ao narrar minha vivência como homem gay em uma sociedade estruturada pela cisheteronormatividade, percebo que minha história não é isolada, mas conecta-se com as trajetórias de muitos outros que também enfrentam invisibilização, violência simbólica e exclusão. Como afirma Guacira Lopes Louro (2000), o corpo e a sexualidade são territórios políticos, e narrá-los a partir da própria experiência é uma forma de disputar sentidos, desafiar padrões e afirmar outras possibilidades de existência. Ao transformar minhas memórias em texto, deixo de ser apenas objeto da opressão para me tornar sujeito da minha própria história.

Esse exercício de escrita permitiu que eu compreendesse, com mais nitidez, as tramas sociais que condicionaram meus medos, escolhas e silêncios. Questionar o que parecia natural, como os papéis de gênero ou os modelos familiares tradicionais, tornou-se uma etapa fundamental para compreender que minha subjetividade é também construída no embate com normas e discursos hegemônicos. Como pontua Michel Foucault (1996), o poder se exerce sobre os corpos por meio de discursos que moldam o que é aceitável ou desviado. Ao escrever minha trajetória, lanço luz sobre essas imposições e, ao mesmo tempo, reivindico a legitimidade de ser quem sou — não à margem, mas no centro da reflexão crítica sobre o mundo.

Além disso, relatar minha história me permitiu nomear afetos e dores que, por muito tempo, permaneceram inomináveis. A vergonha, a culpa e o medo foram sentimentos que aprendi a reconhecer como efeitos de um sistema excludente, e não como falhas pessoais. A escrita me deu linguagem para esses afetos e me permitiu ressignificá-los. Como sugere

Conceição Evaristo (2007), escrever é um ato político, especialmente quando se escreve a partir da experiência de corpos que foram historicamente negados. Ao contar minha história, contribuo não só para a minha libertação, mas para o fortalecimento de uma memória coletiva que desafia o apagamento.

Por fim, compreendi que minha trajetória pessoal carrega, em si, um valor epistêmico. Minha vida, com todos os seus entrelaçamentos entre o íntimo e o social, é também um campo legítimo de produção de conhecimento. A partir das minhas vivências, posso refletir sobre questões maiores — como educação, sexualidade, exclusão e pertencimento —, inserindo-me, não como exceção, mas como expressão concreta de uma realidade compartilhada por muitos. Nesse sentido, a escrita de si se torna não apenas um exercício de memória, mas um gesto político de afirmação e de construção de novos horizontes possíveis.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de ser um sujeito LGBTQIAPN+ em uma zona rural do interior nordestino revelou as marcas de um sistema excludente, mas também as potências de transformação que surgem quando se rompe o medo e se afirma a existência. A escola, a família e a comunidade se apresentaram como cenários fundamentais para essas vivências, ora como espaços de acolhimento, ora como lugares de exclusão. Nessa complexidade, forjou-se um caráter que luta, persiste e se reconstrói.

A interseção entre corpo, gênero e sexualidade demonstrou-se incontornável na compreensão de como as opressões se manifestam nos espaços educativos e sociais. Ao assumir minha narrativa como objeto de análise, afirmei também a legitimidade da subjetividade como fonte de conhecimento. A vivência ~~que~~ compartilhei compartilhada aqui não é uma exceção, mas espelha a de muitos que ainda não encontraram espaços de escuta, respeito e reconhecimento.

A dimensão afetiva, ou seja em uma perspectiva própria das minhas emoções, desta escrita se entrelaça com uma postura crítica diante das normatividades impostas. Refletir sobre o que me tornei e o que ainda desejo ser é também um exercício de resistência frente à desumanização que historicamente recai sobre corpos que escapam à lógica cisheteronormativa. Mais do que apenas relatar, este trabalho buscou promover um deslocamento no olhar sobre as experiências LGBTQIAPN+, convidando a academia, a educação e a sociedade a reavaliar suas práticas e discursos. Ao transformar a dor em palavra e a palavra em denúncia e afirmação, contribuí para ampliar o debate sobre diversidade, identidade e pertencimento.

Assim, concluo que o reconhecimento da diversidade dos corpos, gêneros e sexualidades não devem ser apenas uma bandeira política. Deve ser, antes de tudo, um compromisso ético com a dignidade humana. A minha trajetória, aqui compartilhada, é um grito de liberdade, mas também um convite à empatia, à escuta e à construção de espaços mais justos e afetivos. A educação, especialmente a educação física — historicamente marcada por estereótipos e padrões corporais — precisa se reinventar para acolher a pluralidade dos corpos e as duas individualidades.

Desta forma, reafirmo a importância da escrita autobiográfica como ferramenta de emancipação e produção de conhecimento. Contar minha história foi um ato de coragem e cura, mas também de enfrentamento às estruturas que tentaram me calar. Ao afirmar que “há sempre o que ser”, reconheço que minha jornada está em aberto, que há ainda muito a sonhar, a construir e a transformar. E que ser, neste contexto, é também resistir.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. B., & DUARTE, L. R. (2016). Corpos dançantes, desviantes: subversões de gênero e sexualidade na dança contemporânea. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, 6(3), 740-759. DOI: 10.1590/2237-266066323

AGUIAR, M. de M.; DUARTE, J. S. **Educação Física e Esportes na Escola: um discurso inclusivo**. In: FROTA, A.; BARBOSA, C. R. B. (Orgs.). Educação Física e Diversidade. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

ALTMANN, H. (2010). Gênero, sexualidade e educação: desafios para a formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, 15(43), 134-146.

ALTMANN, H. (2018). Dança e gênero: uma análise crítica das representações femininas na dança de salão. **Revista Movimento**, 24(2), e24047. DOI: 10.22456/1982-8918.82474

ALTMANN, H. (2018). Gênero, Sexualidade e Dança: Desafios para a Educação Física. **Revista Movimento**, 24(2), e24057. DOI: 10.22456/1982-8918.81791

ALTMANN, Helena. Dança e gênero: estudos interseccionais em dança e performances de gênero. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 1019-1033, jul./set. 2018.

BRACHT, Valter. **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 2007.

BRASIL, Patrícia Melo. Dança e interseccionalidade: reflexões sobre corpo, gênero, sexualidade, raça e classe. **Movimento**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 667-682, abr./jun. 2019.

BUTLER, J. **El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad**. Ed. Paidós. Barcelona. 2001.

BUTLER, J. (1990). **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**.

Routledge. CARVALHO, Isabel. O corpo e a dança na construção da sexualidade na adolescência.

Cadernos de Formação RBCE, Campinas, v. 7, n. 2, p. 136-143, jul./dez. 2016.

FOSTER, Susan Leigh. **Choreographing Empathy: Kinesthesia in Performance**. Routledge, 2013.

GOMES, W. B.; GUARESCHI, N. M. F. **Gênero e Psicologia: Pontos e Contrapontos**. 4ª ed. Porto Alegre: Casa do Psicólogo, 2019.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. 21ª ed Petrópolis: Vozes; 2007

NASCIMENTO, Luciano. Corpo, dança e identidade: transgressões e resistências. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 40, n. 1, p. 27-34, jan./mar. 2018.

OLIVEIRA, A. M. Dança e Gênero: Uma Análise sobre a Construção de Identidades de Gênero na Dança de Salão. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 40, n. 2, p. 213222, 2018.

REIS, A. C., & ARAÚJO, L. B. (2020). Diversidade de gênero e sexualidade na educação física escolar: caminhos para desconstrução de preconceitos e estereótipos. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, 7(2), 99-120. DOI: 10.22481/reed.v7i2.7327

SANTOS, Adriano Ribeiro dos; ORNAT, Mauro. Educação física e desconstrução de estereótipos de gênero. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 155-164, jan./mar. 2017.

SANTOS, M. L.; SOUZA, A. S. Desconstruindo Estereótipos de Gênero na Educação Física: A Importância da Dança nas Aulas. **Movimento**, v. 26, n. 1, p. 259-274, 2020.

SOUZA, Carlos Eduardo. Dança e sexualidade: reflexões a partir de uma perspectiva queer. **Cadernos de Formação RBCE**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 79-88, jan./abr. 2020.

UMEDA, N. M. Dança e gênero: discutindo práticas pedagógicas inclusivas na educação física escolar. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 40, n. 1, p. 93-100, 2018.

ZANELLA, A. V. et al. Dança inclusiva na educação física escolar: possibilidades e desafios. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 32, n. 4, p. 1087-1096, 2018.